

NOVONOR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

NOVONOR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPI" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Novonor Participações e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023, que indica que a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos líquidos em montantes de R\$ 35.638 mil (R\$ 129.139 mil em 2022) na controladora e R\$ 17.234 mil (R\$ 124.472 mil em 2022) no consolidado, apresentaram passivo a descoberto de R\$ 2.701.298 mil (R\$ 2.806.958 mil em 2022) na controladora e R\$ 2.610.140 mil (R\$ 2.726.895 mil em 2022) no consolidado e; capital circulante líquido negativo em montantes de R\$ 156.502 mil (R\$ 248.739 mil em 2022) no consolidado. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal do negócio, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira, com foco na melhora de liquidez através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 23 de junho de 2023, contendo ressalva sobre o não reconhecimento da perda por *impairment* nos períodos comparativos das debêntures a receber e dos investimentos na Arena Itaquera S.A. e FII Arena como resultado da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2024.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro	7
Demonstração de Resultados	9
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	10
Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
1. Contexto Operacional.....	13
2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos.....	21
4. Gestão de Risco Financeiro.....	21
5. Instrumentos Financeiros por Categoria – Consolidado.....	23
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	24
7. Fundos Restritos – Consolidado	25
8. Contas a Receber – Consolidado	26
9. Tributos a Recuperar.....	27
10. Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	28
11. Sociedades do Grupo Novonor	29
12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	31
13. Investimentos e Provisão para Perdas em Investimentos	34
14. Imobilizado – Consolidado.....	38
15. Intangível – Consolidado.....	39
16. Direito de Uso.....	41
17. Financiamentos – Consolidado	42
18. Arrendamento Mercantil – Consolidado	43
19. Debêntures – Controladora e Consolidado.....	44
20. Impostos e Taxas	45
21. Obrigações sociais e trabalhistas – Consolidado.....	45
22. Provisão para Garantias.....	45
23. Provisão para Processos Judiciais – Consolidado	47
24. Passivo a Descoberto.....	50
25. Receita Líquida de Serviços e Vendas - Consolidado.....	51
26. Custo e Despesas por Natureza	52
27. Outras Receitas (Despesas), Líquidas – Consolidado.....	52
28. Resultado Financeiro, Líquido – Consolidado	53
29. Reapresentação	53
30. Eventos Subsequentes.....	61

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.087	43.265	511.771	543.263
Fundos restritos	7			390.323	471.325
Contas a receber de clientes	8			607.431	745.527
Adiantamentos a fornecedores		21	21	68.053	169.700
Tributos a recuperar	9	393	2.594	143.166	126.635
Outros ativos		54	56	192.620	164.003
		<u>26.555</u>	<u>45.936</u>	<u>1.913.364</u>	<u>2.220.453</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	10				1.594
		<u>26.555</u>	<u>45.936</u>	<u>1.913.364</u>	<u>2.222.047</u>
Não circulante					
Sociedades do grupo Novonor	11	2.242.245	2.143.904	429.716	414.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	29.495	5.594	81.892	54.292
Outros ativos		17.920	17.822	24.060	50.451
		<u>2.289.660</u>	<u>2.167.320</u>	<u>535.668</u>	<u>518.800</u>
Investimentos	13	675.249	668.517	1.948	294
Imobilizado	14			97.508	96.804
Intangível	15	3.228	3.228	470.562	527.150
Direito de uso	16			5.081	4.945
		<u>2.968.137</u>	<u>2.839.065</u>	<u>1.110.767</u>	<u>1.147.993</u>
Total do ativo		<u>2.994.692</u>	<u>2.885.001</u>	<u>3.024.131</u>	<u>3.370.040</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Passivo e passivo a descoberto					
Circulante					
Financiamentos	17			1.351.081	1.418.540
Arrendamento mercantil	18			61	142
Fornecedores		2.169	1602	174.479	209.677
Adiantamento de clientes	8 (c)			368.006	684.937
Obrigações sociais e trabalhistas	21			31.333	15.984
Impostos e taxas	20	28	41	129.465	125.658
Outros passivos		2.004	1.988	15.441	14.254
		<u>4.201</u>	<u>3.631</u>	<u>2.069.866</u>	<u>2.469.192</u>
Passivos vinculados aos ativos não circulantes mantidos para venda					
	10				167
		<u>4.201</u>	<u>3.631</u>	<u>2.069.866</u>	<u>2.469.359</u>
Não circulante					
Financiamentos	17			787.682	973.909
Arrendamento mercantil	18			7.036	5.419
Adiantamento de clientes	8 (c)			229.324	262.181
Debêntures	19	699.619	613.526	699.619	613.526
Sociedades do grupo Novonor	11	9.056	7.557	205.382	178.578
Adiantamento para futuro aumento capital		4.375	22.698	4.375	22.698
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12 (a)			6.151	6.382
Provisão para garantias	22	1.609.430	1.458.366	1.157.075	1.102.554
Provisão para processos judiciais	23			417.447	392.617
Provisão para perdas em investimento	13 (b)	3.333.230	3.551.617		
Outros passivos		36.079	34.564	50.314	69.712
		<u>5.691.789</u>	<u>5.688.328</u>	<u>3.564.405</u>	<u>3.627.576</u>
Passivo a descoberto					
Capital social	24	4.170.271	4.150.975	4.170.271	4.150.975
Ajustes de avaliação patrimonial		1.511.126	1.389.124	1.511.126	1.389.124
Prejuízos acumulados		(8.382.695)	(8.347.057)	(8.382.695)	(8.347.057)
		<u>(2.701.298)</u>	<u>(2.806.958)</u>	<u>(2.701.298)</u>	<u>(2.806.958)</u>
Participação de acionistas não controladores					
				91.158	80.063
		<u>(2.701.298)</u>	<u>(2.806.958)</u>	<u>(2.610.140)</u>	<u>(2.726.895)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto					
		<u>2.994.692</u>	<u>2.885.001</u>	<u>3.024.131</u>	<u>3.370.040</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receitas Líquidas de serviços	25			1.222.175	1.178.268
Custos dos serviços prestados	26			(795.815)	(818.220)
Lucro bruto				426.360	360.048
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	26	(4.364)	1.134.107	(101.599)	(531.599)
Resultado de participações societárias	13	96.440	(891.684)	(13.557)	(38.247)
Outras receitas (despesas), líquidas	27	15.394	(13.729)	52.603	826.879
Lucro operacional		107.470	228.694	363.807	617.081
Resultado financeiro, líquido	28	(167.009)	(463.743)	(300.315)	(384.361)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(59.539)	(235.049)	63.492	232.720
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12 (c)		(9)	(112.299)	(70.842)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12 (c)	23.901	105.919	31.573	117.246
Prejuízo do exercício das operações continuadas		(35.638)	(129.139)	(17.234)	279.124
Operações descontinuadas					
Resultado de operações descontinuadas	10 (b)				(403.596)
Prejuízo do exercício		(35.638)	(129.139)	(17.234)	(124.472)
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				(35.638)	(129.139)
Participação dos acionistas não controladores				18.404	4.667
				(17.234)	(124.472)
Prejuízo básico por lote de mil ações das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	24 (d)			(5,49)	(19,92)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(35.638)	(129.139)	(17.234)	(124.472)
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	24 (b)	122.002	839.370	122.002	839.370
Total do resultado abrangente do exercício		<u>86.364</u>	<u>710.231</u>	<u>104.768</u>	<u>714.898</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Companhia				86.364	710.231
Participação dos acionistas não controladores				<u>18.404</u>	<u>4.667</u>
				<u>104.768</u>	<u>714.898</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas da Companhia			Participação dos acionistas não controladores	Total do passivo a descoberto	
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Em 1º de janeiro de 2022		4.150.975	549.755	(8.217.918)	(3.517.188)	90.955	(3.426.233)
Resultado abrangente:							
Prejuízo do exercício	24 (d)			(129.139)	(129.139)	4.667	(124.472)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	24 (b)		839.369		839.369		839.369
		4.150.975	1.389.124	(8.347.057)	(2.806.958)	95.622	(2.711.336)
Transações de capital com os sócios:							
Participação dos não controladores						(15.559)	(15.559)
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)		<u>4.150.975</u>	<u>1.389.124</u>	<u>(8.347.057)</u>	<u>(2.806.958)</u>	<u>80.063</u>	<u>(2.726.895)</u>
Resultado abrangente:							
Prejuízo do exercício				(35.638)	(35.638)	18.404	(17.234)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	24 (b)		122.002		122.002		122.002
		4.150.975	1.511.126	(8.382.695)	(2.720.594)	98.467	(2.622.127)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	24 (a)	19.296			19.296		19.296
Participação dos não controladores						(7.309)	(7.309)
Em 31 de dezembro de 2023		<u>4.170.271</u>	<u>1.511.126</u>	<u>(8.382.695)</u>	<u>(2.701.298)</u>	<u>91.158</u>	<u>(2.610.140)</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e em descontinuidade		(59.539)	(235.049)	63.492	(170.876)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	26			46.783	47.319
Amortização de direito de uso	26			6.994	8.493
Resultado de participações societárias	13	(96.440)	891.684	13.557	38.247
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		102.635	233.588	234.278	161.525
Ajuste a valor justo	28	49.266	(747.719)	49.266	(747.719)
Perda com ativo permanente baixado				904	134.165
Perda por <i>impairment</i> no investimento	27	(15.394)	13.728		36.887
Reversão por <i>impairment</i> no investimento				(15.394)	(137.371)
Perda na venda debêntures	28		786.444		786.444
Provisão de Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquido		1.211	13.264	1.369	1.256.816
Reversão de Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquido			(1.135.323)		(1.455.036)
Provisão para contingências				42.758	354.115
Provisão para garantias		4.955	1.203.628	5	1.110.497
Ganho na compra de investimento					(911.778)
Perda na compra de investimento					35.632
Variações nos ativos e passivos:		(13.306)	1.024.245	444.012	547.360
Fundos restritos				44.601	179.766
Contas a receber de clientes				77.922	(27.933)
Tributos a recuperar		2.554	384	(53.758)	(10.136)
Adiantamento a fornecedores e outros			(21)	82.447	(21.679)
Despesas pagas antecipadamente					7.915
Outros contas a receber		(494)	(1.034.271)		(125.065)
Operações descontinuadas					57
Outros ativos				(51.540)	(62.955)
Fornecedores		567	1.022	(18.770)	(43.534)
Obrigações sociais e trabalhistas				15.184	(3.317)
Impostos e taxas		(13)	(455)	(67.021)	(62.713)
Adiantamentos recebidos de clientes				(267.533)	37.535
Dividendos a pagar				2.066	
Outros passivos		1.531	2.185	(12.342)	(555.534)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações		(9.161)	(6.911)	195.268	(140.233)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Reduções ao investimento					
Adições ao imobilizado	14			(12.680)	(9.467)
Adições ao intangível	15			(5.928)	(8)
Partes relacionadas					
Recursos liberados		(17.202)	(8.413)	(1.050)	(2.950)
Recursos recebidos				6.264	7.998
Dividendos recebidos		8.242	23.206		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		(30)			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(8.990)	14.793	(13.394)	(4.427)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dívidas de curto e longo prazo, líquidas					
Pagamento de principal	17			(81.205)	(76.436)
Pagamento de juros	17			(90.180)	(71.779)
Arrendamento mercantil					
Captações	18			382	
Pagamento de principal	18			(6.349)	(569)
Pagamento de juros	18			(702)	
Partes relacionadas					
Recursos liberados				7.158	13.568
Recursos recebidos				(1.258)	(19.346)
Adiantamentos para futuro aumento de capital		973	3.952	973	3.951
Dividendos pagos				(2.144)	(10.946)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		973	3.952	(173.325)	(161.557)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa				(40.041)	446.284
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas e/ou excluídas					49.568
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(17.178)	11.834	(31.492)	189.635
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	43.265	31.431	543.263	353.628
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	26.087	43.265	511.771	543.263

1. Contexto operacional

A Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial, (“NPI” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objeto social, a exploração, no Brasil e no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, arenas, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, irrigação, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e meio ambiente, dentre outros.

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades empresariais no Brasil, Peru, Espanha, Áustria e Luxemburgo.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, sendo controlada diretamente pela NPI S.A. – Em Recuperação Judicial (“NPISA”) e indiretamente pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Através das suas controladas diretas e indiretas, na modalidade de concessão, a Companhia atua nos seguintes segmentos de negócio:

(i) Rodovias

- Concessionária Interoceânica Sur-tramo 2 S.A. (“IIRSA 2”)
- Concessionária Interoceânica Sur-tramo 3 S.A. (“IIRSA 3”)
- Concessionária Interoceânica Norte S.A. (“IIRSA Norte”)

IIRSA 2 e IIRSA 3 atuam na exploração da concessão para construção, conservação, operação e manutenção de 656 km de estradas que conectam a serra de Cusco no Peru à fronteira do Brasil no Estado do Acre. IIRSA Norte atua na exploração para a construção, conservação, operação e manutenção de 955 km de estradas que cruzam o norte peruano de oeste para leste, ligando o porto marítimo de Paita à Cidade de Yurimaguas.

País de atuação: Peru

(ii) Irrigação

- Concessionária Trásvase Olmos S.A. (“OLMOS”)
- H2Olmos S.A. (“H2Olmos”)

OLMOS atua na exploração da concessão para construção, operação e manutenção das obras relacionadas à transposição de águas do projeto OLMOS no Peru. H2Olmos atua na construção, operação e manutenção das obras do Projeto de Irrigação OLMOS.

País de atuação: Peru

(iii) Outros investimentos

A Companhia possui participação societária em diversas outras empresas, nas quais atua como controladora (Nota 2.3 (iii)) ou coligada (Nota 13 (b)).

Países de atuação: Brasil, Peru, Espanha, Luxemburgo e Áustria.

(a) Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com suas controladoras NPI S.A. – Em Recuperação Judicial, Novonor, ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”), bem como outras 15 empresas do Grupo Novonor ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ” e “Juízo da RJ”).

Em 22 de abril de 2020 a Assembleia Geral de Credores (“AGC”) deliberou a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano” ou “PRJ”) da controladora direta NPISA e das controladoras indiretas Novonor, ODBINV e Kieppe juntamente com outras 8 empresas do Grupo Novonor. Em 3 de agosto de 2020 os Planos aprovados foram homologados pelo juízo da recuperação judicial, com modificação de determinadas cláusulas.

Em 25 de julho de 2022 o Plano da Companhia foi aprovado e a homologação pelo juízo da recuperação judicial ocorreu em 19 de agosto de 2022.

Ao longo dos anos de 2020 a 2022 todas as 7 empresas restantes tiveram seus planos aprovados e homologados.

Efeitos do plano aprovado

Em cumprimento ao CPC 48 “instrumentos financeiros”, os passivos reestruturados no âmbito do PRJ, cuja modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, a taxa de desconto utilizada foi de 14,8%.

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do PRJ é o evento que permite o registro dos efeitos da reestruturação dos seus passivos, portanto, todos os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados na data da homologação. Os impactos estão demonstrados a seguir:

(i) Balanço patrimonial – Controladora

	2022		Saldo final
	Saldo antes dos efeitos do PRJ	Ajustes de reestruturação da dívida (AVJ)	
Passivo circulante e não circulante			
Debêntures	987.233	(382.938)	604.295
Sociedades do Grupo Novonor	363.050	(361.417)	1.633
Outros Passivos	3.399	(3.364)	35
	<u>1.353.682</u>	<u>(747.719)</u>	<u>605.963</u>

(ii) Demonstração do resultado – Controladora

	<u>2022</u>
	Ajustes de reestruturação da dívida (AVJ)
Resultado financeiro, líquido	
Ajuste a valor justo	<u>747.719</u>

Debêntures (Passivo não circulante)

No âmbito da recuperação judicial da Companhia houve renegociação do prazo de pagamento, assim como alteração na taxa de correção das debêntures. Devido a renegociação do prazo e nova taxa de correção, a Companhia remensurou as debêntures a valor justo, o ajuste a valor justo apurado será apropriado ao resultado ao longo do novo prazo pactuado. A projeção dos fluxos de pagamentos, considera o ingresso de dividendos das controladas OLMOS e H2OImos, assim como ingressos decorrentes de êxitos em processos de arbitragens internacionais que a Companhia e suas controladas participam.

Sociedades do Grupo Novonor e demais credores

Os demais créditos listados no PRJ seguem as condições pactuadas no PRJ.

Alienação das participações societárias na Arena Itaquera S.A. e FII Arena e das Debêntures (ativa)

Em 25 de julho de 2022, a Companhia, a Caixa Econômica Federal, Novonor, Arena Itaquera S.A., Jequitibá Patrimonial S.A. FII Arena e SCCP (Sport Clube Corinthians Paulista) firmaram acordo para constituição de uma "Unidade Produtiva Isolada ("UPI") composta pelo aporte das participações societárias detidas pela Companhia na Arena Itaquera, representada por 11% sobre o capital social (equivalente a R\$111,00 - cento e onze reais) e na FII Arena representada por 1.000 cotas (equivalente a R\$11.000,00 - onze mil reais), pelo valor correspondente a R\$0,50 (cinquenta centavos) do capital social da UPI .

O mesmo acordo estabeleceu a alienação das debêntures a receber da Companhia para o SCCP pelo valor de R\$0,50 (cinquenta centavos), devido a alienação das debêntures a Companhia reconheceu perda no montante de R\$ 786.444 (Nota 28).

As alienações mencionadas foram aprovadas no âmbito da recuperação judicial da Companhia.

(b) Performance operacional

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com prejuízo no montante de R\$ 35.638 (2022 – R\$ 129.139 - reapresentado) na controladora e R\$17.234 (2022– R\$ 124.472 - reapresentado) no consolidado, decorrente principalmente de despesas financeiras (Nota 28). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, além de despesas financeiras (Nota 28), a Companhia reconheceu perdas com operações descontinuadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 2.701.298 (2022 – R\$ 2.806.958 - reapresentado) na controladora e R\$ 2.610.140 (2022 – R\$ 2.726.895 - reapresentado) no consolidado.

Adicionalmente, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no consolidado, no montante de R\$ 156.502 (2022 – R\$ 248.739), decorrente principalmente de financiamentos captados pela controlada indireta Inversiones en Infraestructura em Transport Por Ductos S.A. (“IITD”), utilizado para investimento no Gasoducto Sur Peruano S.A. (“GSP”). O GSP encontra-se em processo de liquidação e há um processo de arbitragem em curso no qual a controlada direta Odebrecht Latinvest S.à.r.l (“OLI Lux”) busca o ressarcimento de danos decorrentes do término unilateral do contrato de concessão pelo Estado Peruano (Nota 10 (b)).

A Administração da Companhia vem implementando uma estratégia com foco na liquidez da Companhia, através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

(c) Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria Executiva em 26 de julho de 2024.

2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

As informações de 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro conforme mencionado na Nota 29.

2.2. Políticas contábeis

As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior, exceto por aquelas normas apresentadas na Nota 2.2 (a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

(a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023:

- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12).
- Reforma Tributária Internacional - regras modelo do Pilar dois (Emendas à IAS 12).
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8).
- Definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC26(R1) /IAS1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Contratos de seguro (CPC50/IFRS17).

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

(b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26 (R1) /IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alteração no CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma transação de *sale and leaseback* (Alterações ao CPC 06/IFRS16);
- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7);
- Ausência de permutabilidade de moeda (alterações ao CPC02/IAS21).

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

(i) Investimentos em entidades contabilizados pelo Método de Equivalência

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

(ii) Coligadas e controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia e suas controladas tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulado.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das coligadas são ajustadas, quando necessário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial, com o objetivo de assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iv) Empresas Consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, tendo as seguintes principais participações:

	País	Participação no capital social (%)	
		2023	2022
Controladas diretas			
Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Bairro Novo")	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Trasvase Olmos S.A. ("OLMOS")	Peru	63,68	63,68
H2 Olmos S.A.	Peru	99,999	99,999
Odebrecht Latin Finance S.à.r.L. ("OLF")	Luxemburgo	100,00	100,00
Sociedad de Propósitos Múltiplos Xalapa, S.A.P.I DE C.V. ("Xalapa")	México	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest S.à.r.l. ("OLI Lux") (i)	Luxemburgo	100,00	100,00
Controladas indiretas			
Vorge Holding Drei GmbH ("Vorge")	Áustria	100,00	100,00
Novonor Latinvest Energy S A R L ("NLE") (iii)	Luxemburgo	100,00	
Odebrecht E&P España S.L. - Sociedad Unipersonal ("ODB E&P España") (iv)	Espanha	100,00	100,00
Novonor Latinvest Peru S.A.C. ("NLP") (i) (v)	Peru	99,99	99,99
Odebrecht Latinvest Perú Ductos S.A. ("OLPD") (ii)	Peru	100,00	100,00
ELP Inversiones Inmobiliarias S.A.C. ("ELP")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Energía Del Perú S.A. ("OEDP")	Peru	100,00	100,00
AC Energía S.A. ("ACENE")	Peru	100,00	100,00
Marañon Energía S.A. ("MAENE")	Peru	100,00	100,00
Compañía Energética Del Centro S.A.C ("CEC")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Latinvest Austria GMBH ("OLI AUSTRIA")	Áustria	100,00	100,00
Inversiones en Infraestruc. Transp. por Ductos S.A.C ("IITD")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Proyectos De Hidrocarburos En El Sur S.A.C. S.A.C. ("KPH")	Peru	100,00	100,00
Kuntur Transportadora de Gas S.A.C. ("KTG")	Peru	100,00	100,00
Aqueduct Trading Services CO. INC. ("Aqueduct")	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Novonor Latinvest Spain S.à.r.l ("NLS")	Espanha	100,00	100,00
Novonor Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C. ("NLI O&M") (i) (vi)	Peru	100,00	100,00
Technik Invest SAC ("Technik")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Peru Operaciones Y Servicios SAC ("OPOS")	Peru	99,00	99,00
Concesionaria Interoceanica Sur Tramo 2 S.A. ("IIRSA 2")	Peru	89,00	89,00
Concesionaria Interoceanica Sur Tramo 3 S.A. ("IIRSA 3")	Peru	89,00	89,00
Concesionaria IIRSA Norte S.A. ("IIRSA Norte")	Peru	99,00	99,00
Operación De Peajes Y Parqueos S.A.C. ("OPP")	Peru	100,00	100,00

- (i) Em dezembro de 2022, OLI LUX adquiriu os ativos das investidas de ODB E&P (Oli Peru e E&P Espanha), dessa forma OLI PERU e NLI O&M voltam a ser consolidadas na NPI (Nota 13 c)
- (ii) Em dezembro de 2022, VORGE transferiu o investimento que tinha em OLPD para OLI Lux.
- (iii) Em 17 de agosto de 2023, foi constituída a empresa NLE cuja acionista direta é a OLI LUX (Nota 13 (c)).

- (iv) Em 17 de agosto de 2023, OLI Lux aportou na sua controlada direta NLE, a participação integral que detinha na Odebrecht E&P Espanha.
- (v) Em 17 de novembro de 2023, ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Latinvest Peru S.A.C para Novonor Latinvest Perú S.A.C.
- (vi) Em 18 de novembro de 2023 ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C para Novonor Latinvest Operaciones y Mantenimientos S.A.C.

Nas demonstrações financeiras foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transações e Saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, em “Resultado Financeiro, líquido” (Nota 28).

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

As taxas de câmbio utilizadas para conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais Companhias, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

País	Moeda	2023	2022
Áustria	Euro	5,3516	5,5694
Peru (i)	Novo Sol	1,3173	1,3783
Luxemburgo	Dólar Norte Americano	4,8413	5,2177

(i) Na consolidação a moeda funcional representativa dos respectivos países é o Dólar Norte Americano.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e Julgamentos significativos
12	Imposto de renda e contribuição social diferidos
22	Provisões para garantias
23	Provisão para processos judiciais

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber) e risco de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Administração da Companhia e das suas controladas. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. Os principais riscos identificados estão descritos a seguir.

(a) Riscos de mercado: Exposição à variação cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte-americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos denominados ou fortemente influenciados por moedas estrangeiras.

A Companhia e suas controladas diretas, possuem volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressas em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos financiamentos das controladas diretas e indiretas foram captados no exterior são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da análise de viabilidade dos projetos. São avaliadas as exposições às moedas dos ativos e passivos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, que são monitorados continuamente pela administração.

(b) Riscos de mercado: Exposição a taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica, levando em consideração possibilidades de refinanciamento, renovação de posições existentes. Com base nessas premissas, a Companhia e suas controladas simulam mudanças razoáveis nas taxas de juros e analisam o impacto sobre os resultados para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria - Consolidado

	Nota	Custo amortizado	
		2023	2022 (Reapresentado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	511.771	543.263
Fundos restritos	7	390.323	471.325
Contas a receber de clientes	8	607.431	745.527
Sociedades do grupo Novonor	11	429.716	414.057
Outros ativos		216.680	214.454
		2.155.921	2.388.626
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos, arrendamento mercantis e debêntures	17, 18 e 19	2.845.479	3.011.536
Sociedades do grupo Novonor	11	205.382	178.578
Fornecedores		174.479	209.677
Outros passivos		97.088	99.950
		3.322.428	3.499.741

Política contábil

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos				
Moeda nacional	1	3	22	28
Moeda estrangeira	2.408	5.831	321.947	301.833
Equivalentes de caixa				
Moeda nacional	170		330	144
Moeda estrangeira	23.508	37.431	189.472	241.258
	<u>26.087</u>	<u>43.265</u>	<u>511.771</u>	<u>543.263</u>

Os saldos em moeda estrangeira, referem-se substancialmente as controladas diretas OLMOS, H2olmos, e indiretas NLE, IIRSA 2, 3 e Norte, nos montantes de R\$ 90.313, R\$ 163.135, R\$38.953 R\$27.542, 84.335 e R\$ 65.212, respectivamente (Em 2022 refere-se as controladas diretas OLMOS, H2olmos, e indiretas NLE, IIRSA Norte, 3 e 2, nos montantes de R\$79.432, R\$145.498, R\$47.904, R\$78.897, R\$68.437 e R\$28.390, respectivamente).

Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses à data da contratação.

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Fundos restritos – Consolidado

<u>Empresas por segmento</u>	<u>País</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Concessão de rodovia			
IIRSA 2	Peru	56.816	4.413
IIRSA 3	Peru	34.224	74.030
IIRSA Norte	Peru	185.998	297.419
Irrigação			
OLMOS	Peru	41.835	27.678
H2 Olmos	Peru	60.426	56.554
Outros investimentos	Peru	7.153	7.362
OPOS	Peru	647	494
NLP	Peru	480	499
OLPD	Peru	2.743	2.874
IITD	Peru	1	2
		<u>390.323</u>	<u>471.325</u>

Em 31 de dezembro de 2023, os fundos restritos no montante de R\$ 390.323 (2022 – R\$ 471.325) estão representados por duas naturezas distintas:

- Depósitos bancários constituídos principalmente no regime de Fideicomisso; e
- Conta reserva.

A constituição do Fideicomisso (Fiel depositário) é uma obrigatoriedade prevista nos contratos de concessão das controladas diretas e indiretas IIRSA2, IIRSA3, IIRSA Norte, Olmos e H2Olmos para acompanhamento e gerenciamento dos ingressos recebidos do Poder concedente pela prestação de serviços, com a finalidade de facilitar a obtenção de financiamento pelas concessionárias.

A Conta Reserva que refere – se a depósitos bancários cuja utilização está vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados a taxas anuais que variam entre 4,5% a 7,9% (2022 - 1,6% a 7,55%).

Política contábil

Os fundos restritos são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, geralmente incidem juros e podem constituir garantias.

8. Contas a receber – Consolidado

(a) Composição por segmento

Empresas por segmento	2023			2022		
	Contas a receber	PECLD	Total de contas a receber	Contas a receber	PECLD	Total de contas a receber
Concessão de rodovia						
IIRSA 2	195.458		195.458	194.563		194.563
IIRSA 3	79.018		79.018	125.261	(29.594)	95.667
IIRSA Norte	127.412		127.412	158.416		158.416
Irrigação						
OLMOS	161.338		161.338	250.182		250.182
H2 Olmos	9.990		9.990	10.086		10.086
Outros investimentos	34.314	(99)	34.215	36.613		36.613
	<u>607.530</u>	<u>(99)</u>	<u>607.431</u>	<u>775.121</u>	<u>(29.594)</u>	<u>745.527</u>

(b) Informações sobre contas a receber de clientes

Concessão de rodovias

As controladas IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA Norte possuem contas a receber decorrente da prestação de serviços de construção e manutenção das rodovias, os recebimentos ocorrem mediante o reconhecimento e aprovação do avanço da obra pelo Poder Concedente.

Irrigação

A controlada OLMOS possui contas a receber decorrente da prestação de serviços de construção, corrigido a taxa de 2% a.a., os recebimentos ocorrem mediante cronograma de entregas estabelecido pelo Poder Concedente. A controlada H2Olmos possui contas a receber oriundo da prestação de serviços de captação, condução e entrega de água. Em 31 de dezembro de 2023 as controladas OLMOS e H2Olmos não constituíram provisão para perdas estimadas.

(c) Adiantamento de clientes - Consolidado

Empresas por segmento	2023	2022
Concessão de rodovia		
IIRSA 2	129.949	57.288
IIRSA 3	15.741	142.907
IIRSA Norte	202.170	463.663
Irrigação		
H2 Olmos	249.470	283.260
	<u>597.330</u>	<u>947.118</u>
Passivo circulante	<u>368.006</u>	<u>684.937</u>
Passivo não circulante	<u>229.324</u>	<u>262.181</u>

Correspondem a adiantamentos recebidos do Poder Concedente (Estado Peruano) pelas atividades de construção e manutenção de rodovias nas controladas IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA Norte e pelos serviços de irrigação na controlada H2Olmos.

Política contábil

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*), quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Os Adiantamentos de clientes são reconhecidos mediante recebimento e são deduzidos em percentuais variados, decorrentes das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos*PECLD*

A administração das controladas da Companhia usam o melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, experiência real de perda de crédito (*write-off*) ao longo dos anos, deterioração no risco de crédito do cliente e recebíveis que possuem valores em aberto, sem motivo precedente.

9. Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social (i)	393	2.594	77.036	87.852
Imposto sobre valor agregado de controladas no exterior			64.222	34.969
Outros			1.908	3.814
	<u>393</u>	<u>2.594</u>	<u>143.166</u>	<u>126.635</u>

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social são provenientes das antecipações destes tributos pelas controladas diretas e indiretas e de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.

10. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e Operações descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda são, respectivamente, R\$ 1.594 e R\$ 167 e estão representados, substancialmente, por saldos da controlada CEC.

(a) Ativos mantidos para venda

CEC

Em agosto de 2020 foi assinado Acordo preliminar de compra e venda com investidores (“Acordo”) interessados na compra dos ativos da controlada CEC. O Acordo estipulava como condição precedente a atualização dos estudos ambientais e cronogramas de obra, o prazo para cumprimento desta cláusula expirou.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos da controlada CEC foram reclassificados para as respectivas rubricas do Balanço patrimonial, por não haver uma proposta firme de venda vigente.

(b) Operações descontinuadas

Odebrecht Latinvest Colombia, S.A.S (“OLI Colômbia”) - Encerrada

Em 4 de agosto de 2021, como consequência dos capitais próprios negativos, a OLI Colômbia foi notificada pela Superintendência das Sociedades (“SS”) colombianas da abertura do procedimento de Liquidação Judicial Simplificado. Como consequência a OLI Colômbia entrou em estado de liquidação, que implicou, entre outros, a limitação de realizar atos fora do âmbito estritamente necessário para a manutenção da companhia, a destituição dos diretores e a nomeação pela SS de um liquidador. Em 12 de agosto de 2022 a Câmara de Comercio de Bogotá concluiu o processo de liquidação da OLI Colômbia extinguindo o seu registro mercantil.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu perdas decorrente da extinção da OLI Colômbia no montante de R\$ 403.606.

GSP – Em proceso de liquidação

A Companhia detém, de forma indireta, 51,64% de participação na coligada GSP via participações em OLI Lux, OLI ÁUSTRIA e IITD, respectivamente.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra o Estado Peruano perante o *International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID* buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral

pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado bilateral de promoção e proteção recíproca de Investimentos existente entre a União Econômica Belga-Luxemburgo-Peru. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar o investimento realizado no projeto GSP no valor estimado de US \$ 1,2 bilhão. Estima-se que a decisão pelo tribunal seja tomada até ao final do ano de 2026.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2020, a administração da IITD, levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem, optou conservadoramente pelo reconhecimento de "impairment" da participação societária no GSP no valor US\$ 283 milhões, equivalentes naquela data a de R\$ 1.547.756, registrada como perda no resultado do mês.

Política contábil

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de venda; e (ii) quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Esses ativos são apresentados em linha específica do balanço patrimonial e da demonstração do resultado. Quando se tratar de investimento em sociedade controlada, seus ativos e passivos, após a eliminação dos saldos mantidos entre as empresas, também são apresentados nessa mesma rubrica específica do balanço patrimonial consolidado.

Operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda. O resultado destas operações é apresentado em montante único na demonstração de resultado, como "Operações descontinuadas".

11. Sociedades do Grupo Novonor

(a) Controladora

Ativo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a receber	Mútuos	Valor Líquido	Valor Bruto	PECLD	Saldo Final
OLI Lux		1.026.594	1.026.594	1.026.594		1.026.594
IITD	1.190.277		1.190.277	1.190.277		1.190.277
CHAVI				13.853	(13.853)	
Bairro Novo	374		374	374		374
OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. ("OR") (i)	25.000		25.000	25.000		25.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.215.651</u>	<u>1.026.594</u>	<u>2.242.245</u>	<u>2.256.098</u>	<u>(13.853)</u>	<u>2.242.245</u>
Não circulante			<u>2.242.245</u>			<u>2.242.245</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	<u>1.059.411</u>	<u>1.084.493</u>	<u>2.143.904</u>	<u>2.157.168</u>	<u>(13.264)</u>	<u>2.143.904</u>
Não circulante			<u>2.143.904</u>			<u>2.143.904</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a pagar	Mútuos	Saldo Final	Valor Bruto	Ajuste a valor justo (AVJ)	Saldo Final
OLPD		8.985	8.985	84.722	(75.737)	8.985
NEO INVEST S A				6.942	(6.941)	1
OR	35		35	136.633	(136.598)	35
Ocyan Participações S.A. ("OCYAN")	35		35	136.633	(136.598)	35
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70	8.985	9.055	364.930	(355.874)	9.056
Não circulante			9.056			9.056
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61	7.496	7.557	369.333	(361.776)	7.557
Não circulante			7.557			7.557

(b) Consolidado

Ativo não circulante

	Saldos				Composição	
	Outras contas a receber	Mútuos	Valor Líquido	Valor Bruto	PECLD	Saldo Final
OR	25.000		25.000	25.000		25.000
CNO S.A ("CNO")	18.182		18.182	18.182		18.182
CHAVI		910	910	14.763	(13.853)	910
Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC ("OPIC")		109.811	109.811	109.811		109.811
OEC Peru Infraestructura S.A.C. ("OEC PERU INFRA")		4.300	4.300	4.300		4.300
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Peru ("CNO Suc Peru")		269.299	269.299	269.299		269.299
Gasoducto Sur Peruano S.A ("GSP")		14	14	40.040	(40.026)	14
Odebrecht E&P GmbH				37.342	(37.342)	
Outros		2.200	2.200	3.069	(869)	2.200
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.182	386.534	429.716	521.806	(92.090)	429.716
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.182	370.875	414.057	1.477.034	(1.062.977)	414.057

Passivo não circulante

	Saldos			Composição		
	Outras contas a pagar	Mútuos	Saldo Final	Valor Bruto	Ajuste a valor justo (AVJ)	Saldo Final
NEO INVEST S A	1		1	6.942	(6.941)	1
OR	35		35	136.633	(136.598)	35
OCYAN	35		35	136.633	(136.598)	35
GSP		609	609	609		609
CHAVI		17	17	17		17
Novonor		41.016	41.016	41.016		41.016
OPIC		22.246	22.246	22.246		22.246
OEC PERU INFRA		17.284	17.284	17.284		17.284
CNO Suc Peru		2.421	2.421	2.421		2.421
Novonor International Corporation ("NVNIC")		30.301	30.301	30.301		30.301
Odebrecht Overseas LTD ("OOL")		24.815	24.815	24.815		24.815
Novonor Finance LTD ("NFL")		15.769	15.769	15.769		15.769
CBPO Engenharia Ltda. - Sucursal Venezuela ("CBPO Suc Venezuela")		34.414	34.414	34.414		34.414
Outros		16.419	16.419	16.419		16.419
Saldo em 31 de dezembro de 2023	71	205.311	205.382	485.519	(280.137)	205.382
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61	178.517	178.578	458.725	(280.147)	178.578

OLI LUX

(i) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 1.026.594 (2022 - R\$ 1.084.493) refere-se a contas a receber da controlada OLI Lux decorrente de contrato de cessão de direitos créditos, firmado entre a Companhia e a OLI Lux. Os direitos creditórios cedidos são compostos por pagamentos efetuados pela Novonor e NPI como garantidores das dívidas captadas pelo GSP e fazem parte do processo de arbitragem (Nota (b)).

IITD

(ii) Para fazer frente aos compromissos de garantias listados no PRJ, a Companhia registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 1.190.277 (2022 – R\$ 1.034.271 reapresentado) devido a garantias concedidas de dívidas captadas pela controlada IITD, a provisão registrada em contrapartida a esta rubrica é totalmente eliminada nas informações consolidadas da Companhia (Nota 23).

Política contábil

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo. As principais naturezas das operações são:

Outras contas a receber/pagar do Grupo decorrem de atividades vinculadas ao exercício regular dos negócios do Grupo, tais como: prestação de serviços técnicos; reembolso de despesas; repasse de despesas com serviços de terceiros com prazo de recebimento inferior a 365 dias.

Mútuos são operações de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter incidência de encargos. Estão regidos por instrumentos contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo não circulante				
Adições temporárias (controladas do Brasil) (i)	29.495		29.495	
Adições temporárias (controladas do exterior)		5.594	52.397	54.292
	<u>29.495</u>	<u>5.594</u>	<u>81.892</u>	<u>54.292</u>
Passivo não circulante				
Exclusões temporárias (controladas do exterior)			6.151	6.382
			<u>6.151</u>	<u>6.382</u>

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente e Diferido – Resultado

	2023	2022
Brasil		
Imposto de renda corrente	(1)	
Imposto de renda diferido	17.574	105.919
Contribuição social corrente		(14)
Contribuição social diferido	6.327	
Exterior		
Imposto de renda corrente	(112.298)	(70.828)
Imposto de renda diferido	7.672	11.327
	<u>(80.726)</u>	<u>46.404</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(112.299)	(70.842)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	31.573	117.246
	<u>(80.726)</u>	<u>46.404</u>

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nas projeções.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira que as controladas da Companhia esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Anualmente as controladas da Companhia revisam as projeções de lucros tributáveis.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles podem ser usados. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

É requerido julgamento para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita. Anualmente, as controladas da Companhia revisam as projeções de lucros tributáveis utilizando como base o seu Plano de Negócios ou outras projeções de resultado disponíveis.

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Investimentos e Provisão para Perdas em Investimentos

(a) Informações sobre Investimentos

	Participação (%) direta		Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		Lucro (Prejuízo) ajustado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Controladas						
OLI Lux	100,00	100,00	(3.220.049)	(3.435.641)	29.797	(1.352.765)
Xalapa	100,00	100,00	354	331		
OLF	100,00	100,00	298.577	297.362	23.951	292.077
OLMOS	63,68	63,68		116.270		4.993
H2 Olmos	100,00	100,00		58.652		5.545
Bairro Novo	100,00	100,00	17.840	17.905	(86)	(1.186)
Controladas indireta						
OLPD	11,81	11,81		(293.964)		(174.231)
NLP (i)	28,59	28,59		776.730		1.036.734
Controlada em conjunto						
CHAVI (ii)	53,5	53,50		25.659	(25.340)	(58.449)
Coligadas						
Concessionária Move São Paulo S.A. ("MOVE SP") (iii)	11,68	11,68				
Concessionária Rio Barra S.A.	33,33	33,33	6.397	189	6.208	(2.882)

(i) Em dezembro de 2022, a OLI Lux adquiriu 71,40% da NLP (Nota 1c).

(ii) Em junho de 2023, o PL da investida Chavimochic ficou negativo e, portanto, o *impairment* foi revertido e atualizada a equivalência até zerar o investimento.

(iii) Em dezembro de 2023, a Move SP foi reclassificada de "Ativo não circulante mantido para venda" para "Investimento".

(b) Movimentação dos Investimentos e Provisão para perda em investimentos – Controladora

(i) Investimentos em controladas coligadas

	País	2022 (Reapresentado)	Adições	Dividendos	Reversão de <i>Impairment</i>	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	2023
Xalapa	México	331					23	354
OLF	Luxemburgo	297.362				23.951	(22.736)	298.577
OLMOS	Peru	73.159		(3.671)		21.944	(5.966)	85.466
H2 Olmos	Peru	57.693		(5.066)		19.559	(2.679)	69.507
CHAVI	Peru				13.727	(13.557)	(170)	
Move SP	Brasil				1.667			1.667
Bairro Novo	Brasil	17.905	20			(85)		17.840
NLP	Peru	222.067				14.638	(34.867)	201.838
		<u>668.517</u>	<u>20</u>	<u>(8.737)</u>	<u>15.394</u>	<u>66.450</u>	<u>(66.395)</u>	<u>675.249</u>

(ii) Provisão para perdas em investimentos

	País	2022 (Reapresentado)	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de conversão	2023
OLI Lux	Luxemburgo	(3.435.641)	29.796	185.794	(3.220.051)
OLPD	Peru	(115.976)	194	2.603	(113.179)
		<u>(3.551.617)</u>	<u>29.990</u>	<u>188.397</u>	<u>(3.333.230)</u>

(a) Inclui os efeitos dos resultados não realizados das investidas.

(c) Movimentação dos Investimentos – Consolidado

Investidora	Investimentos - Coligada e controlada em conjunto	% de participação	País	2022 (Reapresentado)	Reversão de Impairment (i)	Equivalência patrimonial (ii)	Ajustes de conversão	2023
NPI	Chavimochic	53,50	Peru		13.727	(13.557)	(170)	
NPI	Move SP	11,68%	Brasil		1.667			1.667
NLP	OEC Perú Infra	0,52%	Peru	288			(13)	275
NLP	Technik		Peru	8				8
OLPD	Outros		Peru	(2)				(2)
				294	15.394	(13.557)	(183)	1.948

(i) Referente a reversão de *impairment* NPI em Chavimochic e Move SP.

(ii) Referente ao resultado da equivalência patrimonial de Chavimochic.

(d) Informações relevante sobre controladas e coligadas

(i) Controlada em conjunto direta

Chavimochic: Processo de arbitragem

Em 2017, a Chavimochic apresentou pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao poder concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, iniciando-se procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do poder concedente.

Em 4 de outubro de 2022, foi notificado Laudo arbitral declarando a caducidade antecipada do Contrato de Concessão por descumprimentos de ambas as Partes. A Concessionária apresentou recursos de integração e exclusão perante o Tribunal Arbitral. Diante do exposto acima, a Administração da NPI reconheceu, em dezembro de 2022, "*impairment*" sobre o saldo de mútuo e investimento detidos junto a Chavimochic nos montantes de R\$13.264 e R\$13.728 (Nota 27 e 28), respectivamente.

A Concessionária é uma sociedade de propósito exclusivo e tem como objeto social unicamente o referido ao Contrato de Concessão. Nesse sentido, sendo que foi declarada a caducidade antecipada da Concessão, a duração da sociedade deverá ser limitada às seguintes ações: (i) cobrar do Estado Peruano o montante ordenado pelo laudo a seu favor, (ii) atender aos seus passivos e (iii) liquidação do Contrato de Concessão e da Sociedade.

Em 30 de junho de 2023, a Concessionária registrou a provisão da penalidade estabelecida no Laudo arbitral pelo valor de R\$134.938 o que fez com que o investimento se tornasse negativo. Nessa situação, pelo fato da participação da Companhia na Coligada exceder o saldo contábil da sua participação, a Administração reverteu o *impairment* sobre os investimentos e reconheceu equivalência até reduzir o investimento a zero. O *impairment* sobre o mútuo foi mantido, em 31 de dezembro de 2023 o montante reconhecido é de R\$13.853.

(ii) Controladas indiretas

OLI Peru: Aquisição de participação societária e instrumentos financeiros da ODB E&P GMBH (Em liquidação judicial)

No âmbito do processo de liquidação judicial da ODB E&P GMBH, em novembro de 2022, a controlada OLI LUX adquiriu participação acionária no percentual de 71,40% da empresa OLI Peru, no mesmo período a controlada indireta OLI Lux também adquiriu por U\$ 1,00 (um dólar) instrumentos financeiros na modalidade de Mútuo.

Ambas as aquisições foram feitas da ODB E&P GMBH, que devido ao processo de liquidação judicial iniciado em 2019 deixou de ser controlada indireta da Companhia.

A aquisição da participação societária da empresa OLI Peru gerou um ganho no montante de R\$ 911.778 (Nota 27), a aquisição dos instrumentos financeiros (Mútuos) gerou um ganho no montante integral dos instrumentos adquiridos no montante de R\$ 724.985 (Nota 28). Em 2019 a NPI reconheceu perdas no montante de R\$ (1.493.414) devido à perda de controle na ODB E&P, parcialmente compensada em 2022 pela aquisição mencionada.

AC Energía: Caducidade do contrato de concessão

Em 27 de outubro de 2014, a controlada indireta AC Energía obteve a concessão definitiva para desenvolver atividades de geração de energia elétrica no projeto da Central Hidrelétrica Chadín 2, com potência instalada de 600 MW. Em 2022, foi reconhecido *impairment* da participação societária porque a Direcção Geral de Electricidade enviou o Ofício 0982-2022/MINEM-DGE, através do qual comunicava o início do procedimento de caducidade da Concessão no Chadín 2 Usina Hidrelétrica Em 27 de junho de 2022, a controlada indireta AC Energía se opôs ao referido ofício. A 31 de Dezembro de 2023, nem a Direcção Geral de Electricidade nem o MINEM promoveram a caducidade nem responderam à oposição.

Política contábil

A política contábil foi mencionada na Nota 2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

14. Imobilizado – Consolidado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo	2.960	76.992	19.809	21.863	1.443	20.624	143.691
Depreciação acumulada		(9.767)	(10.818)	(14.696)	(840)	(10.766)	(46.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.960	67.225	8.991	7.167	603	9.858	96.804
Aquisições		952	7.596	313	291	3.528	12.680
Baixa do custo		(731)	(676)	(7)	(32)	(1.017)	(2.463)
Baixa de depreciação		124	571	6	23	836	1.560
Transferências - custo	1.113		(1.113)			12	12
Transferências - depreciação			(9)	(2)		(1)	(12)
Depreciação		(1.216)	(1.182)	(2.149)	(119)	(2.274)	(6.940)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - Custo	(144)	(3.511)	(906)	(1.005)	(66)	(996)	(6.628)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira - Depreciação		474	544	770	39	668	2.495
Saldo contábil	3.929	63.317	13.816	5.093	739	10.614	97.508
Custo	3.929	73.702	24.710	21.164	1.636	22.151	147.292
Depreciação acumulada		(10.385)	(10.894)	(16.071)	(897)	(11.537)	(49.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.929	63.317	13.816	5.093	739	10.614	97.508
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	até 10	

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os custos de empréstimos e financiamentos são capitalizados quando são associados à projetos em andamento.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis, sendo calculada, pelo método linear, com base na vida útil estimada pelos técnicos da Companhia na gestão das plantas. As vidas úteis dos ativos são revisadas a cada data do balanço. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

15. Intangível – Consolidado

(a) Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Infraestrutura da concessão	516.848	576.782
Ágio sobre investimentos	3.432	3.448
Software adquiridos de terceiros	298	157
<i>Impairment</i>	<u>(50.016)</u>	<u>(53.237)</u>
	<u>470.562</u>	<u>527.150</u>

(b) Movimentação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	527.150	606.228
Adições	5.928	8
Movimentação societária (i)		27
Baixas, líquidas de amortização	(1)	
Transferências		
Amortização	(39.843)	(40.144)
Variação cambial	(22.672)	(11.152)
<i>Impairment (ii)</i>		<u>(27.817)</u>
Saldo no final do exercício	<u>470.562</u>	<u>527.150</u>

- (i) Referente a aquisição da NLP (Nota 13 (c)).
- (ii) Em 2022, a AC Energía reconheceu *impairment* no montante de R\$ 27.817 decorrente do processo de caducidade da concessão da Central Hidrelétrica Chadín 2.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 461.375 (2022 – R\$ 523.765) corresponde a obras de infraestrutura executadas em cumprimento ao contrato de concessão firmado entre a controlada H2OImos e o Poder concedente, o qual prevê a construção da infraestrutura associada ao projeto de irrigação Olmos, e incluem execução de obras para captação, condução, reservatório, drenagem, distribuição e electricidades.

As obras de infraestrutura são contabilizadas com ativo intangível, quando o concessionário tem o direito de cobrar do usuário pelos serviços públicos prestados. A amortização é linear, limitada ao prazo da concessão, no período de 251 meses.

Política contábil

(a) Infraestrutura da concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão da controlada H2OImos são registrados em atendimento às Interpretações e à Orientação emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01 e OCPC 05).

O ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição ou formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita, contrapartida do ativo intangível, é estimada considerando os investimentos efetuados pelo Grupo na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, quando aplicável, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e suas controladas e até este momento, os investimentos realizados são avaliados a custo e classificados como intangível em formação, equivalente à infraestrutura em formação de cada concessionária.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelas controladas, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(a) Ágios sobre investimentos

O ágio resulta da aquisição investidas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida quando aplicável; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

(c) *Software* adquiridos de terceiros

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

16. Direito de uso

A Companhia tem como principais transações, na condição de arrendatária, escritórios e equipamentos. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contêm diversos termos e condições.

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Total
Custo	28.180		28.180
Amortização acumulada	(23.235)		(23.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.945		4.945
Transferências	4.365	2.981	7.346
Amortizações	(4.642)	(2.352)	(6.994)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(213)	(3)	(216)
Saldo contábil	4.455	626	5.081
Custo	32.429	3.001	35.430
Depreciação/exaustão acumulada	(27.974)	(2.375)	(30.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.455	626	5.081
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	

Política Contábil

As controladas da Companhia s arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos correspondem aos direitos de uso, os quais as controladas da Companhia detêm, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros que são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Companhia, equivalente à taxa que a Companhia pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, equivalente a taxa de mercado. O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

17. Financiamentos – Consolidado

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros	Moeda	Encargos financeiros anuais	2023	2022
Moeda estrangeira				
Créditos sindicalizados no mercado peruano	Dólar	Libor 3M + 4% (taxa base) + 2% (juros inadimplência)	1.122.843	1.226.775
Créditos imobiliários	Novo sol	Juros 6,80%	54.011	57.263
Linha de crédito de longo prazo	Dólar	Taxa efetiva anual 6,5% (5 anos)	10.379	28.496
Linha de crédito de longo prazo	Dólar	Juros 2%	406.919	430.440
Linha de crédito de longo prazo	Novo sol	Taxa trimestral 1,06250% + VAC	378.428	398.567
Linha de crédito de longo prazo	Novo sol	Taxa trimestral 6,625% + VAC	166.183	250.908
Total			<u>2.138.763</u>	<u>2.392.449</u>
Passivo circulante			<u>1.351.081</u>	<u>1.418.540</u>
Passivo não circulante			<u>787.682</u>	<u>973.909</u>

(b) Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	2.392.449	2.571.767
(+) Adição de juros	71.386	101.195
(-) Amortização de principal	(81.205)	(76.436)
(-) Amortização de juros	(90.180)	(71.779)
(+) Variação cambial	(153.687)	(132.298)
Saldo no final do exercício	<u>2.138.763</u>	<u>2.392.449</u>
Passivo circulante	<u>1.351.081</u>	<u>1.418.540</u>
Passivo não circulante	<u>787.682</u>	<u>973.909</u>

(c) Composição dos financiamentos não circulantes, por ano de vencimento

	2023	2022
2024		194.849
2025	102.148	102.079
2026	440.912	469.555
2027 em diante	244.622	207.426
	<u>787.682</u>	<u>973.909</u>

Política contábil

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

18. Arrendamento mercantil – Consolidado

(a) Composição por natureza

<u>Contrato</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de desconto anual</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Arrendamento de imóveis	Novo sol / Dólar	5,25%	7.097	5.561
		Passivo circulante	61	142
		Passivo não circulante	7.036	5.419

(b) Movimentação dos arrendamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	5.561	1.429
Adição de principal	382	
Adição de juros (AVP)	1.054	717
Amortização de principal	(6.349)	(569)
Pagamento de juros	(702)	
Transferência	7.346	4.199
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(195)	(215)
Saldo no final do exercício	7.097	5.561

(c) Composição dos arrendamentos não circulantes por ano de vencimento

	2023	2022
2024		5.419
2025	4.821	
2026	897	
2027	838	
2028 em diante	480	
	<u>7.036</u>	<u>5.419</u>

Política contábil

As controladas da Companhia mensuram os arrendamentos ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado

aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados.

19. Debêntures – Controladora e Consolidado

(a) Composição

Emissão	Quantidade	Valor unitário - R\$	Vencimento	Remuneração	Valor principal	Ajuste a valor justo	2023	2022
1ª	375	1.000.000	31/12/2035	IPCA	1.033.304	(333.685)	699.619	613.526

(b) Movimentação das Debêntures

	2023	2022
Saldo no Início do Exercício	613.526	987.233
(+) Adição de Juros	36.840	9.231
(+) Ajuste a Valor Justo (AVJ)	49.253	(382.938)
Saldo no Final do Exercício	<u>699.619</u>	<u>613.526</u>

(c) Principais informações sobre as debêntures

As debêntures foram emitidas em 15 de dezembro de 2014 e não são conversíveis em ações. O pagamento ocorreria trimestralmente para o principal e mensalmente para os juros e teriam vencimento a partir de novembro de 2018 com término em dezembro de 2021.

Devido a renegociação dos termos contratuais, aprovados no âmbito da recuperação judicial (Nota 1 (a)) em 2022, a Companhia reconheceu o ajuste valor justo no montante de R\$382.938. O ajuste a valor justo é apropriado mensalmente ao resultado do exercício, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou R\$ 49.253 de apropriação de AVJ.

Política contábil

A política contábil aplicada às debêntures são as mesmas aplicadas a Financiamentos divulgadas na nota 18.

20. Impostos e taxas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	1	2	109.334	70.452
Tributos indiretos	5	5	20.028	55.175
Parcelamentos		28		28
PIS e COFINS e outros tributos	22	6	103	3
	28	41	129.465	125.658

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social refere-se às operações das investidas da Companhia no exterior.

21. Obrigações sociais e trabalhistas - Consolidado

	2023	2022
Indenização e aviso prévio	280	314
Participação dos empregados	20.581	5.989
Provisão de férias e encargos	6.646	6.017
Benefícios a empregados	740	324
Encargos sociais sobre proventos integrantes	3.018	3.335
Outros	68	5
	31.333	15.984

22. Provisão para garantias

A Companhia presta ESAs (*Equity Support Agreement*), aval e fiança corporativos a Negócios ou Projetos de forma seletiva, mediante avaliação de riscos e devida aprovação pelos órgãos de Governança da empresa. Dentre os principais critérios para outorga dessas garantias pela Companhia está a definição de prazo e valores limitados e regras claras para sua liberação tão logo se comprove a auto sustentabilidade econômico-financeira do Negócio ou Projeto.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de recuperação judicial (“Plano”) da Companhia engloba determinadas ESAs, avais e fianças emitidas pela Companhia, na modalidade “Créditos Quirografários”. Em 31 de dezembro de 2023 para fazer frente aos compromissos de garantias contemplado no Plano, a Companhia registrou Provisão para garantias no montante de R\$ 1.609.430 (2022 – R\$ 1.458.366) na controladora e R\$ 1.157.075 (2022 – R\$ 1.102.554) no consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Garantia Ajustada a Valor Presente					
Controlada indireta IITD (i)	Aval/Fiança	1.444.412	1.288.407	254.136	254.136
Coligada e controladas em conjunto Chavimochic (ii)	Aval/Fiança	127.291	137.187	127.291	137.187
GSP (i)	Aval/Fiança			737.921	678.459
Outros					
Novonor Participações e Engenharia (“NPE”) (i)	Aval/Fiança	37.727	32.772	37.727	32.772
		<u>1.609.430</u>	<u>1.458.366</u>	<u>1.157.075</u>	<u>1.102.554</u>

(i) Refere-se à constituição de garantias decorrentes da homologação do PRJ, sendo o montante de R\$ 1.190.276 foi registrado em contrapartida a rubrica “Sociedades do Grupo Novonor” do Balanço patrimonial na controladora e R\$ 254.136 foi registrado em contrapartida a rubrica “Resultado financeiro, líquido” na Demonstração do resultado do exercício de 2022 e corresponde a juros da dívida não registrados pela controlada IITD.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu provisão para garantia da investida Chavimochic no montante de R\$ 127.291 (R\$ 137.187 – 2022), a garantia mencionada é extraconcursal, ou seja, não está sujeita ao PRJ e está sendo negociada com o credor.

Política contábil

Uma Provisão para garantia é reconhecida quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente (legal) em consequência de um evento passado; (b) é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias as quais os direitos contratuais estão expostos.

A Provisão para garantias é registrada no Passivo não circulante da Companhia em contrapartida a Outras contas a receber na rubrica de “Sociedades do Grupo Novonor” se a dívida original tiver sido emitida por suas controladas, e são completamente eliminadas nas Demonstrações financeiras consolidadas. Se a dívida original tiver sido emitida por controladas em conjunto ou coligadas a contrapartida da Provisão para garantias é a Despesa financeira, na rubrica “Resultado Financeiro, Líquido”.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A avaliação da probabilidade da saída de recursos para liquidação da obrigação está baseada nas projeções de fluxos de caixa da Companhia e suas controladas. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço de acordo com o julgamento da Administração da Companhia.

23. Provisão para processos judiciais – Consolidado

23.1 Provisão para processos judiciais

As controladas da Companhia são cobradas em ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal dos seus negócios. Essas ações são de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e societária. Os processos avaliados como perda provável são provisionados. Os processos avaliados como perda possível não são provisionados, ressalvados os casos relevantes de combinação de negócios. Eventual mudança de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

(a) Composição por Natureza

Empresas por segmento	2023				Processos de natureza provável 2022			
	Trabalhista	Fiscais	Societário, cível e outros	Total	Trabalhista	Fiscais	Societário, cível e outros	Total
Holdings								
NLP (i)	79	177.739	734	178.552	83	177.196	409	177.688
OLPD (ii)		211.570		211.570		188.132		188.132
Technik		45		45		42		42
IITD (iii)		22.302		22.302		21.742		21.742
Operação e manutenção								
OPOS	690		26	716	637			637
Outros investimentos	4.170	89	3	4.262	4.170	203	3	4.376
	4.939	411.745	763	417.447	4.890	387.315	412	392.617

(i) NLP

Fiscais

O valor corresponde à reparação por capitalização do ágio da venda da Rutas de Lima em 2014 (imposto de renda), gratificações extraordinárias em 2015 e indenizações por rescisões arbitrárias em 2016. Os processos encontram-se em recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

Segundo o parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável assim sendo, a Administração da NLP constituiu provisão contábil no montante de R\$ 177.739.

(ii) OLPD

Fiscais

A controlada indireta OLPD e sua controladora KTG consideraram como despesas dedutíveis nas bases de cálculo da apuração do Imposto de Renda dos anos de 2013 a 2016, gastos com gratificações extraordinárias pagos a empregados, levando em conta o entendimento de que tais gastos seriam aceitos e sustentados pelas normas tributárias. No entanto, a Superintendência Nacional de Aduanas y de Administración Tributária – (“SUNAT”) entendeu que os gastos não seriam despesas dedutíveis, multando as empresas e solicitando recálculo na base de cálculo do imposto de renda, gerando novos valores a serem pagos. Parte desses novos valores, considerados como omissões nos processos, foram compensados pelas empresas com perdas fiscais de anos anteriores, remanescendo saldo a pagar, multa e juros.

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável assim sendo, a Administração da OLPD realizou provisão contábil no montante de R\$ 211.570.

(iii) IITD

O valor da provisão tributária contingente de US\$ 3.394.774 corresponde à reparação da base de cálculo do imposto ITAN Ano 2018, referente às ações da KTG e GSP por se encontrarem em fase pré-operacional. O processo encontra-se em fase de recurso perante o Tribunal Fiscal, aguardando resposta.

O saldo de US\$ 1.130.197 corresponde ao fato de a KTG ter considerado como despesas dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda dos exercícios de 2014 e 2015 as despesas com bônus extraordinários pagos a funcionários, tendo em vista o entendimento de que tais despesas seriam aceitas e suportadas por regulamentos fiscais. No entanto, a SUNAT entendeu que os gastos não seriam dedutíveis, atuando a empresa e solicitando o recálculo na base de cálculo do Imposto de Renda, gerando novos valores a pagar.

Segundo parecer dos assessores jurídicos, o prognóstico é de provável, assim sendo, a Administração da IITD constituiu provisão contábil no montante de R\$ 22.302.

(a) Passivos contingentes

	2023	2022
Fiscais (i)	25.489	21.619
Cível (ii)	29.112	18.973
	54.601	40.592

(i) Fiscais

Composto, principalmente, por de auto de infração em que a Companhia foi incluída como responsável solidária (art. 124, I, CTN), visando a exigência de PIS e COFINS incidentes sobre a receita das atividades econômicas desenvolvidas na Arena Itaquera, a qual pertence ao Arena Fundo de Investimentos Imobiliário – FII. A autuação decorre da desconsideração da natureza jurídica do FII para empresarial pela fiscalização. A fiscalização passou a tributar as receitas da Arena que ingressaram no FII como se pessoa jurídica fosse sendo a presente autuação os lançamentos das contribuições incidentes sobre o faturamento. A fiscalização incluiu todos os cotistas do FII como responsáveis solidários no lançamento decorrente do suposto interesse comum no fato gerador.

Os assessores jurídicos classificaram como possível o risco de perda.

(ii) Cível

Trata-se de embargos à execução opostos contra a Companhia no montante de R\$18.972 (2022 – R\$18.972) a fim que seja determinada a inexigibilidade de contrato de mútuo, objeto da execução. O processo aguarda o fim da fase de instrutória e julgamento da ação.

A Companhia foi demandada no bojo de ações coletivas promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de anulação de atos e contratos, ressarcimentos a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações, destaca-se a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia e demais empresas do Grupo Novonor

A ação em destaque visa o ressarcimento dos supostos danos causados ao erário estadual decorrente da retomada e execução do contrato de concessão dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 do Metrô, cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio em que se encontra o processo

A companhia é ré solidária em ação civil pública ajuizada pelo MP/RJ com o objetivo de garantir o ressarcimento dos danos causados ao erário estadual decorrentes das irregularidades verificadas na retomada e execução do “contrato de concessão dos serviços públicos de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 (contrato de concessão L4/98), além da condenação dos agentes responsáveis pelos atos de improbidade. O valor da causa é inestimável e os consultores jurídicos avaliam esta causa como perda possível.

Política contábil

As provisões para processos judiciais (trabalhistas, fiscais, societário, cível e outros) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

24. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$ 4.170.271 (2022 – R\$4.150.975), subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 6.501.909.464 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de outubro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$19.296, mediante a emissão de 19.296.164 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de AFAC.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se aos valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização.

A variação no exercício findo em 31 de dezembro está composta por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no Início do Exercício	1.389.124	549.755
Varição Cambial de Investidas no Exterior	122.002	434.513
Efeito da Varição Cambial de Ativos Mantidos para Venda		<u>404.856</u>
Saldo no Final do Exercício	<u>1.511.126</u>	<u>1.389.124</u>

(c) Participação dos acionistas não controladores

Os saldos são representados pelas controladas OLMOS, IRSA 2, IRSA 3, IRSA Norte e OPOS e H2OLMOS.

(d) Resultado por ação

O prejuízo líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Operações continuadas e descontinuadas		
Prejuízo atribuível a detentores de ações ordinárias	<u>(35.638)</u>	<u>(129.139)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em lote de mil	<u>6.485.838</u>	<u>6.482.613</u>
Prejuízo por lote de mil ações (em R\$)	<u>(5,49)</u>	<u>(19,92)</u>

25. Receita Líquida de serviços - consolidado

(a) Receita Líquida por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de construção da infraestrutura	963.846	936.656
Serviços de operação e manutenção	252.703	236.025
Outros	<u>5.626</u>	<u>5.587</u>
	<u><u>1.222.175</u></u>	<u><u>1.178.268</u></u>

(b) Receita por segmento

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mercado externo	1.222.174	1.178.268
Concessão de rodovia		
IIRSA 2	131.544	106.728
IIRSA 3	199.170	236.468
IIRSA Norte	633.132	593.460
Irrigação		
OLMOS	106.529	100.565
H2 Olmos	146.174	135.460
Outros investimentos	5.625	5.587
Mercado interno	1	
Outros investimentos	<u>1</u>	
Receita Líquida	<u><u>1.222.175</u></u>	<u><u>1.178.268</u></u>

Política contábil

A receita de serviços de operação e manutenção compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita de serviços de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data base das demonstrações financeiras consolidadas. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Custo e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificadas por natureza:				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo		(24)	(98.312)	(71.896)
Despesas com pessoal			(158.454)	(136.709)
Serviços de terceiros	(1.676)	(1.644)	(469.296)	(554.504)
Depreciação e amortização			(46.783)	(47.318)
Amortização de direito de uso			(6.994)	(8.493)
Gastos administrativos	(2.688)	452	(117.475)	(423.483)
Reversão (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa (i)		1.135.323	(100)	(107.416)
	<u>(4.364)</u>	<u>1.134.107</u>	<u>(897.414)</u>	<u>(1.349.819)</u>
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados			(795.815)	(818.221)
Gerais e administrativas	(4.364)	1.134.107	(101.599)	(531.598)
	<u>(4.364)</u>	<u>1.134.107</u>	<u>(897.414)</u>	<u>(1.349.819)</u>

- (i) Em dezembro de 2022, a Companhia reconheceu a reversão do *impairment* dos créditos, no montante de R\$ 1.135.323, detido com o GSP e cedeu os créditos para a OLI Lux no montante de R\$ 1.137.205 que reconheceu *impairment* na mesma data sobre os créditos.

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ganho na compra de ativo (i)				911.778
Perda na compra de ativo				(35.632)
Ganho / perda na venda de ativo imobilizado			(518)	749
Reversão (provisão) <i>Impairment</i> (ii)	15.394	(13.729)	15.394	(41.545)
Devolução de impostos (iii)			19.806	
Outras receitas (despesas) não operacionais			17.921	(8.471)
	<u>15.394</u>	<u>(13.729)</u>	<u>52.603</u>	<u>826.879</u>

- (i) Ganho decorrente da aquisição da participação de 71,40% da OLI Peru (Nota 1 (c)).
(ii) Refere-se a *impairment* sobre investimento em Chavimochic (Nota 11 (iii)) e intangível AC Energía (nota 16(b)).
(iii) Receita referente substancialmente à devolução de imposto (ITAN) anterior a venda da Empresa de Generación Huallaga S. A. (EGH).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Resultado financeiro, líquido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(39.252)	(265.959)	(353.335)	(467.389)
Impostos sobre operações financeiras	316	(4.016)		
Comissões bancárias	(42)	(5)	(7.929)	(7.567)
Variação cambial passiva	(242.106)	(548.935)	(771.979)	(1.318.966)
Provisão de perdas esperadas de créditos com terceiros (i)	(1.211)	(13.264)	(1.211)	(14.077)
Provisão (reversão) de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (ii)			(58)	319.713
Provisão para garantias	(4.955)	(169.357)	(4.955)	(856.360)
Perda na venda debêntures (iii)		(786.444)		(786.444)
Ajuste a valor justo	(49.266)		(49.266)	
Outras	(2.271)	(3.425)	(2.102)	(10.087)
	<u>(338.787)</u>	<u>(1.791.405)</u>	<u>(1.190.835)</u>	<u>(3.141.177)</u>
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira				
Receita com juros	970	77.891	134.128	225.210
Juros sobre mútuos				
Ajuste a valor justo (iii)		747.719		747.719
Variação cambial ativa	170.808	501.996	756.193	1.141.448
Ganho na compra de ativo (iv)				724.985
Outras		56	199	(82.546)
	<u>171.778</u>	<u>1.327.662</u>	<u>890.520</u>	<u>2.756.816</u>
	<u>(167.009)</u>	<u>(463.743)</u>	<u>(300.315)</u>	<u>(384.361)</u>

(i) Em 2022 refere-se substancialmente ao *impairment* sobre mútuo com Chavimochic no montante de R\$ 13.264 (Nota 13 (c)).

(ii) Em 2022 refere-se a reversão de *impairment* sobre o mútuo OLI Peru.

(iii) Em 2022 refere-se aos efeitos da homologação do PRJ (Nota 1 (a)).

(iv) Em 2022 refere-se ao ganho na aquisição de instrumento financeiro (mútuo) (Nota 1 (c)).

29. Reapresentação

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, os ajustes contábeis materiais estão sendo reconhecidos retrospectivamente e, por esta razão, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas, para refletir as seguintes correções:

- Provisão para Garantias (passivo): identificou-se que a Garantia está atrelada à controlada IITD e não a coligada GSP, dessa forma a provisão deve ser constituída em contrapartida a rubrica " Sociedades do Grupo Novonor", sendo eliminado no consolidado.

- Em 2022 o processo de liquidação judicial da controlada OLI Colômbia foi finalizado, dessa forma foi reconhecida, em sua controladora Novonor Latinvest Spain, a baixa do investimento na rubrica “Outros passivos” no montante de R\$938, realização do CTA em R\$ 404.544 em contrapartida do resultado na rubrica “mantidos para negociação e operações em descontinuidade” em R\$(403.606) MM. Os respectivos efeitos no investimento das Controladoras OLI Áustria, OLI Lux e NPI foram refletidos nas rubricas “Investimentos”, “Provisão para perdas em investimentos” e “Ajuste de avaliação patrimonial” com contrapartida em resultado na rubrica “Resultado de participações societárias”.
- Em 2022 OLI Lux assinou com o liquidador judicial de ODB E&P GMBH um acordo de compra de ativos através do qual adquiriu a participação na ODB Espana. Em dez22 a Companhia voltou a incluir nos saldos contábeis consolidados de suas demonstrações financeiras a participação na empresa adquirida. Os respectivos efeitos no investimento das Controladoras OLI Lux e NPI foram refletidos nas rubricas “Provisão para perdas em investimentos” com contrapartida em resultado nas rubricas “Resultado de participações societárias” e “Outras receitas (despesas), líquidas”.
- Em 2022, a OLI LUX adquiriu participação acionária direta na empresa OLI Peru (71,40%), empresa credora de um mútuo ativo com OLI Áustria. Em 2020 OLI Peru suspendeu o reconhecimento dos juros desse mútuo, dessa forma no momento da aquisição o PL da empresa não contemplava a receita financeira do período de 2020 a 2022 em R\$89.850 que foi reconhecida na rubrica “Sociedades do Grupo Novonor” em contrapartida do resultado na rubrica “Resultado financeiro, líquido”. Os respectivos efeitos no investimento das Controladoras OLI Lux e NPI foram refletidos nas rubricas “Sociedades do Grupo Novonor”, “Outros passivos”, “Investimentos”, “Provisão para perdas em investimentos” com contrapartida em resultado nas rubricas “Resultado de participações societárias”.

Os efeitos de reapresentação estão apresentados a seguir:

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 – controladora

	<u>Publicado</u>	<u>NPI</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	43.265		43.265
Dividendos a receber	56	(56)	
Adiantamentos a fornecedores	21		21
Tributos a recuperar	2.594		2.594
Outros ativos		56	56
	<u>45.936</u>		<u>45.936</u>
Não circulante			
Sociedades do Grupo Novonor	1.109.634	1.034.270	2.143.904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.594		5.594
Outras contas a receber	17.820	(17.820)	
Outros ativos	1	17.821	17.822
	<u>1.133.049</u>	<u>1.034.271</u>	<u>2.167.320</u>
Investimentos	642.826	25.691	668.517
Intangível	3.228		3.228
	<u>1.779.103</u>	<u>1.059.962</u>	<u>2.839.065</u>
Total do ativo	<u>1.825.039</u>	<u>1.059.962</u>	<u>2.885.001</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Publicado	NPI	Reapresentado
Passivo e passivo a descoberto			
Circulante			
Fornecedores	1.602		1.602
Impostos, taxas, salários e contribuições	41	(41)	
Impostos e taxas		41	41
Outros passivos	1.987	1	1.988
	<u>3.630</u>	<u>1</u>	<u>3.631</u>
Passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas			
Não circulante			
Financiamentos			
Arrendamento mercantil			
Debêntures	613.526		613.526
Sociedades do Grupo Novonor	7.557		7.557
Adiantamento para futuro aumento capital	22.698		22.698
Provisão para garantias	1.204.230	254.136	1.458.366
Provisão para perdas em investimento	3.581.360	(29.743)	3.551.617
Outros passivos	34.565	(1)	34.564
	<u>5.463.936</u>	<u>224.392</u>	<u>5.688.328</u>
Passivo a descoberto			
Capital social	4.150.975		4.150.975
Ajustes de avaliação patrimonial	984.269	404.855	1.389.124
Prejuízo acumulado	(8.777.771)	430.714	(8.347.057)
	<u>(3.642.527)</u>	<u>835.569</u>	<u>(2.806.958)</u>
Total do passivo e passivo a descoberto	<u>1.825.039</u>	<u>1.059.962</u>	<u>2.885.001</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 – Consolidado

	Publicado	NPI	IIRSAs	OPOS	TECHNIK	NLP	OLI AUSTRIA	OLI LUX	OUTROS INVESTIMENTOS	AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Reapresentado
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	543.263										543.263
Fundos restritos	471.325										471.325
Contas a receber de clientes	745.527										745.527
Dividendos a receber	63	(56)			(22.575)	(4.418)			(4)	26.990	
Adiantamentos a fornecedores	169.700										169.700
Tributos a recuperar	126.635										126.635
Despesas antecipadas	7.168		(2.561)	(2.658)	(14)			224	(2.159)		
Outras contas a receber	123.562		(37.626)	(4.771)	(50)	(74.821)			(8.142)	1.848	
Outros ativos	33.210	56	40.187	7.429	22.639	79.239		(224)	10.305	(28.838)	164.003
	<u>2.220.453</u>										<u>2.220.453</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	<u>1.594</u>										<u>1.594</u>
	<u>2.222.047</u>										<u>2.222.047</u>
Não circulante											
Sociedades do Grupo Novonor	414.057					89.859		(89.859)			414.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.292										54.292
Outras contas a receber	17.820										17.820
Outros ativos	32.631										32.631
	<u>518.800</u>					<u>89.859</u>		<u>(89.859)</u>			<u>518.800</u>
Investimentos											
Imobilizado	294	25.691					938			(26.629)	294
Intangível	96.804										96.804
Direito de uso	527.150										527.150
	<u>4.945</u>										<u>4.945</u>
	<u>1.147.993</u>	<u>25.691</u>				<u>89.859</u>	<u>938</u>	<u>(89.859)</u>		<u>(26.629)</u>	<u>1.147.993</u>
Total do ativo	<u>3.370.040</u>	<u>25.691</u>				<u>89.859</u>	<u>938</u>	<u>(89.859)</u>		<u>(26.629)</u>	<u>3.370.040</u>

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Publicado	NPI	IIRSA's	OPOS	ODB E&P ESPAÑA	NLP	NLS	OLI AUSTRIA	OLI LUX	H2 OLMOS	OUTROS INVESTIMENTOS	AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Reapresentado
Passivo e passivo a descoberto													
Circulante													
Financiamentos	1.418.540												1.418.540
Arrendamento mercantil	142												142
Fornecedores	209.658				19								209.677
Adiantamento de clientes	947.118									(262.181)			684.937
Dividendos a pagar	2.024		(6.170)	(18.422)		(4.422)						26.990	
Impostos, taxas, salários e contribuições	141.642	(41)	(79.171)	(34.029)						(4.182)	(24.219)		
Obrigações sociais e trabalhistas			443	9.978						1.205	4.358		15.984
Impostos e taxas		41	78.728	24.051						2.977	19.861		125.658
Outros passivos	12.231		6.170	18.422		4.422						(26.991)	14.254
	2.731.355				19					(262.181)		(1)	2.469.192
Passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	167												167
	2.731.522				19					(262.181)		(1)	2.469.359
Não circulante													
Financiamentos	973.909												973.909
Arrendamento mercantil	5.419												5.419
Adiantamento de clientes										262.181			262.181
Debêntures	613.526												613.526
Sociedades do Grupo Novonor	143.244				35.334								178.578
Adiantamento para futuro aumento capital	22.698												22.698
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6.382												6.382
Provisão para garantias	1.882.688	(780.134)											1.102.554
Provisão para processos judiciais	392.617												392.617
Provisão para perdas em investimento		(29.744)							(29.744)			59.488	
Outros passivos	160.507						(938)		(89.859)			2	69.712
	4.200.990	(809.878)			35.334		(938)		(119.603)	262.181		59.490	3.627.576
Passivo a descoberto													
Capital social	4.150.975				165.690							(165.690)	4.150.975
Ajustes de avaliação patrimonial	984.269	404.855			(326.338)		404.544	404.544	404.855			(887.605)	1.389.124
Prejuízo acumulado	(8.777.771)	430.714			125.295	89.859	(403.606)	(403.606)	(375.111)			967.169	(8.347.057)
	(3.642.527)	835.569			(35.353)	89.859	938	938	29.744			(86.126)	(2.806.958)
Participação de acionistas não controladores	80.055											8	80.063
	(3.562.472)	835.569			(35.353)	89.859	938	938	29.744			(86.118)	(2.726.895)
Total do passivo e passivo a descoberto	3.370.040	25.691				89.859		938	(89.859)			(26.629)	3.370.040

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – Controladora

	Controladora		
	Publicado	NPI	Reapresentado
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	1.134.107		1.134.107
Resultado de participações societárias	(542.264)	(349.420)	(891.684)
Outras receitas (despesas), líquidas	(13.729)		(13.729)
Lucro operacional	578.114	(349.420)	228.694
Resultado financeiro, líquido	(1.243.877)	780.134	(463.743)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(665.763)	430.714	(235.049)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(9)		(9)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	105.919		105.919
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(559.853)	430.714	(129.139)

Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial e suas controladas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – Consolidado

	Publicado	NPI	OEDP	TECHNIK	EP			OLI			Reapresentado
					ESPANHA	NLP	NLS	AUSTRIA	OLI LUX	ELIMINAÇÃO	
Operações continuadas											
Receitas líquidas de serviços	1.179.858		(6)	(1.584)							1.178.268
Custos dos serviços prestados	(818.221)									1	(818.220)
Lucro bruto	361.637		(6)	(1.584)						1	360.048
Receitas (despesas) operacionais											
Gerais e administrativas	(531.599)										(531.599)
Resultado de participações societárias	(38.247)	(349.420)						(403.606)	(339.479)	1.092.505	(38.247)
Outras receitas (despesas), líquidas	860.927			1.584					(35.632)		826.879
Lucro operacional	652.718	(349.420)	(6)					(403.606)	(375.111)	1.092.506	617.081
Resultado financeiro, líquido	(1.254.327)	780.134	6		(32)	89.858					(384.361)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(601.609)	430.714			(32)	89.858		(403.606)	(375.111)	1.092.506	232.720
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(70.842)										(70.842)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	117.246										117.246
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	(555.205)	430.714			(32)	89.858		(403.606)	(375.111)	1.092.506	279.124
Operações descontinuadas											
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação e operações em descontinuidade	10						(403.606)				(403.596)
Prejuízo do exercício	(555.195)	430.714			(32)	89.858	(403.606)	(403.606)	(375.111)	1.092.506	(124.472)
Atribuível aos:											
Acionistas da Companhia	(559.853)	430.714			(32)	89.858	(403.606)	(403.606)	(375.111)	1.092.497	(129.139)
Participação dos acionistas não controladores	4.658									9	4.667
	(555.195)	430.714			(32)	89.858	(403.606)	(403.606)	(375.111)	1.092.506	(124.472)

30. Eventos subsequentes

(i) Negociações investida PetroUrdaneta (Venezuela)

Em março de 2024, a controlada indireta Novonor Latinvest Energy S.à r.l. (“NLE”) celebrou diversos acordos com Maha Energy AB (“Maha”) com o objetivo de conceder, até novembro de 2025, o direito, em regime de exclusividade, de estudar a aquisição de 60% das ações da OE&P ES e obter as aprovações governamentais necessárias. As partes também pactuaram a opção de compra e venda, para aquisição dos 40% restantes.

Para o primeiro período de exclusividade que termina em setembro de 2024, a Maha pagou um montante de 4,6 milhões de euros, sendo que o primeiro período de exclusividade pode ser prorrogado até novembro de 2025, mediante pagamento adicional de 4,6 milhões de euro.

Uma eventual alienação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, principalmente relacionadas consentimentos, autorizações, ordens e aprovações de autoridades governamentais relevantes e sucesso negociação dos acordos/estruturas operacionais e de colaboração relevantes com autoridades locais para a requalificação dos campos da PetroUrdaneta. Por essa razão, ficou acordado que os pagamentos de exclusividade são feitos com a condição de que, em caso de recusa do governo, a controlada NLE deve devolver à Maha todo e qualquer valor recebido no período de exclusividade.

(ii) Renegociação de garantias cedidas pela Companhia

Em junho de 2024, a Companhia, na qualidade de fiadora dos compromissos assumidos pela controlada em conjunto Chavimochic, renegociou junto ao Banco del Peru, o pagamento da fiança no montante de US\$ 26.292 (R\$ 146.160) em 7 parcelas, a serem pagas entre os anos de 2024 e 2028 (Nota 22).

Em junho de 2024 a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela no montante de US\$ 2.861 (R\$ 15.904).

(iii) Renegociação e ingressos de recebíveis

Em 28 de maio de 2024, a Companhia recebeu o montante de R\$ 10.157 decorrente da renegociação contratual firmada em 15 de dezembro de 2023 com o Botafogo Futebol e Regatas (“Botafogo”). A Companhia possuía mútuo a receber vencido do Botafogo no montante de R\$ 29.326, a renegociação inclui quitação total mediante o recebimento do valor do ingresso. Em 2023, o mútuo a receber está registrado na rubrica de “Outras contas a receber”, líquido do *impairment* do mesmo valor.